

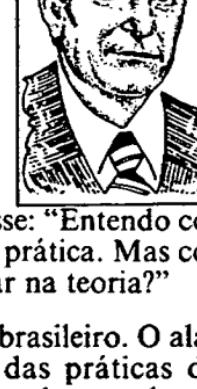
11 MAI 1991

Economia

Olhar Brasil
ESTADO DE SÃO PAULO
As elites desafiadas

BORIS TABACOF

A formulação de que na prática a teoria é outra foi invertida por um primeiro-ministro irlandês que, após assistir aos debates dos membros do seu gabinete, disse: "Entendo como funciona na prática. Mas como vai funcionar na teoria?"



Esse é o caso brasileiro. O alarido em torno das práticas de preços e salários absorve de tal modo, aliás com muita razão, os assalariados, os empresários e os consumidores, que a grande questão de estabelecer um modelo político e econômico capaz de tirar o País do atoleiro, em que se encontra há uma década, fica em plano secundário.

Não é que se deva elaborar um plano global para o País, quando os regimes de "comando" centralizado já provaram sua incapacidade. Mas é evidente que o mal-estar que domina a nação brasileira deve-se primordialmente à ansiedade coletiva, a uma espécie de crise de identidade. O que somos, o que queremos, para onde iremos? Parece que já sabemos o que não queremos e o processo político-eleitoral dos últimos tempos é bastante revelador. E mesmo os economistas já reconhecem que o Brasil dos nossos sonhos depende muito mais de um sistema de valores morais e institucionais do que daqueles valores transacionados nas bolsas.

Todos estamos a favor da modernidade, palavra que se transformou na senha que dá acesso a um novo mundo de progresso e bem-estar. Mas é preciso transformar a senha mágica num conjunto eficaz de ações que engajem todos os segmentos sociais. Não é necessário para isso inventar novas instituições políticas, pois as nações bem-sucedidas já testaram os princípios básicos da democracia representativa. A ação direta de grupos de pressão, seja na área empresarial ou na área sindical, reunidos eventualmente em diversas formas de mobilização e de debate, é útil como meio de abertura e consulta, mas o estuário legítimo e eficaz são as instituições políticas formais, ou seja, o Congresso e os partidos que já devem refletir os vetores diversos dos interesses da sociedade.

O Projeto de Reconstrução Nacional é um marco importante na definição do novo modelo de desenvolvimento econômico, indicando o caminho da competitividade e da abertura da economia. Tendo partido do governo, investido não só de poderes mas mesmo do dever de apresentá-lo, não tem esse projeto merecido o debate e a crítica, que levariam ao seu eventual aperfeiçoamento. Nem no Parlamento nem nas entidades representativas tem-se realizado a discussão necessária, havendo mesmo uma prevenção derrotista por parte de lideranças dos vários setores da sociedade civil.

O ceticismo virou moda, atingindo a muitos que até há pouco ainda encarnavam o não-conformismo com a estagnação e o arcaísmo. As reuniões das entidades empresariais tornam-se monótonas e calmas, mas é uma calmaria que se origina nas razões erradas, no desânimo e no fatalismo. As assembleias sindicais, que com frequência adotam decisões irrefletidas sob o calor da emoção, são dominadas por pequenos núcleos de profissionais que manipulam a angústia dos assalariados.

Ao longo da década dos 80 esgotou-se o modelo político, econômico e social que efetivamente fez o País progredir e crescer no período do pós-guerra. O desenvolvimento alcançado nesse período fundou-se na substituição das importações, o que permitiu a formação de uma indústria nacional potente mas ao mesmo tempo ergueu barreiras de proteção que acabaram por gerar uma declinante capacidade de competição. Esse crescimento foi em grande parte financiado pelo endividamento externo, já que a poupança interna era insuficiente. Tudo isso passou. Ao "milagre" do crescimento a taxas elevadas, que gerava uma energia otimista em todo o organismo social, sucedeu uma era de estagnação e de ineficiência da economia que junto com a pesada dívida externa e interna e a exaustão do Estado pesam na vida do País. O próprio processo político da abertura gerou inicialmente uma explosão de expectativas, logo a seguir substituídas por uma certa desilusão.

O que fazer? O projeto nacional não é difícil de equacionar no seu aspecto fático, objetivo. O novo modelo econômico deve estabelecer as condições da retomada do crescimento num ambiente interno e externo muito diferente do passado. A chave é a capacidade de competir, com a escala e o nível de tecnologia aplicáveis aos nichos de mercado nos quais temos vantagens comparativas. A maior inserção da economia brasileira no contexto internacional já começa a acontecer e esse movimento dever ser entendido, apoiado e alargado pelos empresários.

O grande desafio é restabelecer uma atitude de otimismo e confiança, sem criar ilusões de que o caminho é rápido e fácil. As reservas de credibilidade do povo ainda existem. O problema maior está na assunção pelas elites do seu papel e responsabilidade. Não nos acanhemos de chamar de elites aos que detêm liderança no segmento social a que pertencem. Cabe a elas assumir o exercício prático desse papel, reacendendo a confiança e reativando as energias, para reescrevermos a nova teoria do desenvolvimento nacional.

□ Boris Tabacof, empresário, é diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e foi presidente do Banespa.

